

do mesmo artigo mantendo-se, ininterruptamente, em situação de inactividade:

Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro:

Determina-se que Luís Filipe Jorge do Nascimento, afecto à Direcção-Geral da Administração Pública passa à situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos à data do presente despacho.

30 de Dezembro de 2004. — A Directora-Geral, *Maria Ermelinda Carrachás*.

### Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

**Despacho (extracto) n.º 994/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 13 de Dezembro de 2004 da directora-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

José Manuel da Costa Martins, assessor principal — renovada, por um período de três anos, a comissão de serviço no cargo de director de serviços de Planeamento e Organização. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

**Despacho (extracto) n.º 995/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 21 de Dezembro de 2004 da directora-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

Ana Bela Gomes Ferreira, reverificadora assessora — renovada, por um período de três anos, a comissão de serviço no cargo de chefe de divisão de Circulação de Mercadorias da Direcção de Serviços de Regulação Aduaneira. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

**Despacho (extracto) n.º 996/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 17 de Dezembro de 2004 da directora-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

Pedro Virgílio Gonçalves Fragoeiro, reverificador assessor — renovada, por um período de três anos, a comissão de serviço no cargo de director da Alfândega do Funchal. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

### Direcção-Geral dos Impostos

**Aviso (extracto) n.º 343/2005 (2.ª série).** — Por despacho da subdirectora-geral de 22 de Dezembro de 2004, por delegação de competências do director-geral:

Paulo Alexandre do Rosário Ribeiro, técnico profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos — autorizado a passar à situação de licença sem vencimento de longa duração, com início em 19 de Janeiro de 2005.

3 de Janeiro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

**Despacho n.º 997/2005 (2.ª série).** — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 8 de Outubro de 2004, o procedimento destinado à seleção do titular do cargo de chefe de divisão de Coordenação e Apoio Técnico, da Direcção de Serviços de Estudos, Planeamento e Coordenação da Prevenção e Inspecção Tributária, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as sete candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato José Manuel Bruno Lagos cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos

de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, o inspector tributário principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, José Manuel Bruno Lagos, para o cargo de chefe de divisão de Coordenação e Apoio Técnico, da Direcção de Serviços de Estudos, Planeamento e Coordenação da Prevenção e Inspecção Tributária.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 16 de Dezembro de 2004, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

16 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

### **Curriculum vitae**

#### I — Elementos de identificação:

Nome — José Manuel Bruno Lagos;  
Data de nascimento — 3 de Janeiro de 1958;  
Nacionalidade — portuguesa;  
Naturalidade — Angola;  
Estado civil — casado;  
Morada — Lisboa.

#### II — Habilidades académicas:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, com média final de 14 valores, concluída em 17 de Julho de 1981; Curso de pós-graduação em Auditoria Contabilística Económica e Financeira na Universidade Autónoma de Lisboa (Julho de 1997); Mestrado em Auditoria Contabilística Económica e Financeira na mesma Universidade, concluído em 8 de Junho de 1999.

#### III — Experiência profissional:

Estágio no Departamento de Contabilidade de Gestão da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, estágio no Departamento Administrativo da Direcção de Distribuição de Energia Sul da EDP — Electricidade de Portugal e estágio na Direcção de Produção do Centro de Exploração de Passageiros do Laranjeiro da Rodoviária Nacional;

Director administrativo e financeiro da GRUFER, pequena e média empresa industrial de Torres Novas de fabrico de máquinas para construção civil, responsável pela contabilidade, gestão de pessoal e assessoria da direcção da empresa (de Janeiro de 1983 a Abril de 1985);

Perito de fiscalização tributária de 2.ª classe da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos na Direcção de Finanças de Lisboa, Departamento de Fiscalização de Lisboa (desde Fevereiro de 1987), onde exercei as seguintes funções:

- 1) Acções de fiscalização externa no âmbito do IVA — imposto sobre o valor acrescentado;
- 2) Acções de fiscalização interna no âmbito da contribuição industrial;

Colaborador no NIR — Núcleo do Imposto sobre o Rendimento (desde Maio de 1988), onde exercei as seguintes actividades:

- 1) Concepção de impressos e modelos;
- 2) Acções de formação junto dos operadores económicos para divulgação do imposto;
- 3) Acções de formação junto dos funcionários da DGCI;
- 4) Apoio na concepção legislativa do imposto sobre o rendimento;
- 5) Atendimento telefónico — linha azul para esclarecimento de IRC;

Monitor em vários cursos para agentes económicos no âmbito da reforma fiscal ocorrida em 1989;

Inspector tributário na DGCI — Direcção de Serviços de IRC, nomeadamente na Divisão de Estudos (desde Junho de 1996).

As funções que exercei consubstanciavam-se na elaboração de estudos de índole estatística (por escalões, por CAE, por distrito) para apoio à gestão do imposto;

Em Abril de 2000 passei a exercer funções na Comissão Nacional do Euro (CNE), em regime de destacamento, com a responsabilidade de preparar a Administração Pública para o euro e coordenar o apoio aos técnicos oficiais de contas como veículos privilegiados da introdução da moeda única junto das PME. Na área da Administração Pública é de destacar a coor-